



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DITEC - INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2016
(Processo Administrativo n.º 08059.001425/2015-67)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Departamento de Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica, sediado em Brasília/DF, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 24/05/2016

Horário: 10:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, em âmbito nacional, com fornecimento de peças, dos seguintes equipamentos da marca Agilent: 33 (trinta e três) cromatógrafos gasosos acoplados a espectrômetro de massas (GC-MS), 07 (sete) cromatógrafos líquidos (HPLC), 01 cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 35 (trinta e cinco) ultravioletas, 02 (dois) espectrofotômetros de infravermelho (FT-IR) e outros equipamentos específicos, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e nas unidades técnico-científicas de todos os estados, cujo quantitativo e distribuição atual se encontram relacionados na tabela constante do Anexo I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, e detalhados nos Anexos III, IV e V.

1.2. A licitação terá o critério de menor preço por item, sendo os itens agrupados em um único lote.

2. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de "login" e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.3.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.4.** que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.5.** entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 4.3.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.3.1.1.** a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
 - 4.3.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 4.3.3.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.3.4.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
 - 4.3.5.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.6.1.** Valor do item;
 - 5.6.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, a seguinte informação:

5.6.2.1. A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento.).

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.21. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.21.1. prestados por empresas brasileiras;

6.21.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.22. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.23.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 03(três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inhabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 03(três) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inhabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.4. Habilitação jurídica:

- 8.4.1.** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 8.4.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldodoempreendedor.gov.br;
- 8.4.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.4.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.4.5.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- 8.4.6.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.4.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.4.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 8.5.1.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.5.2.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.5.3.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.5.4.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5.5.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.5.6.** prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.5.7.** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.5.8.** caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

8.6.1. certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.6.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.6.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.6.4. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.6.4.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

8.6.4.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.6.4.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

8.6.4.3.1. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada

na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional, em plena validade;

8.7.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.7.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.7.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.7.3. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigido no Termo de Referência;

8.8. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 03 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail selic.ditec@dpf.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 03 (três) horas, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DOS RECURSOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

11.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

12. DO TERMO DE CONTRATO

12.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.

12.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13. DO REAJUSTE

13.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

13.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. A execução dos serviços será iniciada, quando o técnico da Contratada iniciar o atendimento, conforme data agendada previamente, conforme descrito no item 6.1, do Termo de Referência.

14.2. O recebimento do serviço dar-se-á em caráter provisório mediante a entrega do equipamento reparado à Contratante, com o Relatório de Serviço da Contratada, onde constarão a descrição dos serviços executados, a quantidade de horas técnicas gastas e a relação das peças substituídas.

14.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 02 (dois) dias, pelo Fiscal Local, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

14.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, conforme item 4.1.5.4, com a consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal. Nesse período serão realizados os testes necessários à constatação do pleno funcionamento do equipamento reparado.

14.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14.7. Caberá ao Fiscal Geral, responsável nacional pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, confrontar, após os relatos dos Fiscais Locais sobre os testes de funcionalidade do equipamento reparado, as informações constantes da Nota Fiscal, que deverá apresentar os custos dos serviços prestados individualizados por Ordem de Serviço, com as informações por ele gerenciadas, atestando-a, caso seja verificada a conformidade, ou notificando a Contratada na ocorrência de inconsistências.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.10.1. A Contratante designará servidores para exercerem a função de Fiscal Geral e Fiscais Locais do contrato, a quem caberá o acompanhamento e a fiscalização de todos os serviços abrangidos pelo contrato.

15.10.2. O Fiscal Geral do contrato e seu substituto serão designados pelo ordenador de despesas. Os Fiscais Locais serão servidores indicados ao Fiscal Geral do contrato pela chefia imediata das unidades técnico-científicas do local onde o equipamento está instalado.

15.10.3. O Fiscal Geral do contrato e/ou os Fiscais Locais deverão acionar a contratada para a prestação dos serviços de Manutenção Corretiva, através de chamado por telefone ou por e-mail.

15.10.4. O Fiscal Local deverá acompanhar todo o procedimento de manutenção realizado, devendo também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos, horas técnicas efetivamente executadas, peças e componentes trocados, e o deslocamento necessário, etc.

15.10.5. Caso haja necessidade de troca de peças não previstas no Anexo III, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a composição do preço praticado. Assim, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

15.10.6. Em caso de dificuldade da empresa em comprovar o preço aplicado, poderá o Fiscal Geral realizar pesquisa de mercado junto a outras empresas, com o intuito de concluir se os preços propostos pela Contratada, na Cotação, são justos.

15.10.7. Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas nos Anexos III, IV e V, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total empenhado no contrato. Nesses casos, o Fiscal Geral deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

15.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

16.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

16.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

17.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

17.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

17.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

17.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

17.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

17.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

17.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o

atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16. Manter disponíveis, em horário comercial, os recursos materiais e humanos necessários e suficientes para que a Contratante possa solicitar a abertura, sem embaraço, da Ordem de Serviço de manutenção corretiva, por telefone, com o pronto fornecimento de número identificador que viabilize o acompanhamento posterior de todas as atividades relacionadas à mesma.

17.17. Elaborar e encaminhar aos fiscais do contrato da Contratante, dentro dos prazos previstos, a Cotação, o Relatório de Serviço realizado e a Nota Fiscal de serviço (que deverá apresentar os custos dos serviços individualizados por Ordem de Serviço executada no período) e a Nota Fiscal das peças, quando o reparo exigir a substituição de peça.

17.18. Fornecer garantia de todos os serviços de manutenção corretiva, bem como quando da necessidade de substituição de peças, por prazo de 3 (três) meses para as peças e os serviços.

17.19. Informar e manter atualizado endereço eletrônico ou número de telefone, mediante o qual se realizará a abertura da ordem de serviço.

17.20. Respeitar os prazos máximos estabelecidos no contrato sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

17.21. Fornecer, em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN/MP 01 de 19/01/2010 e a critério da administração, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens, conforme modelo constante no Anexo VI.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A Contratada poderá subcontratar serviços específicos que compõem o objeto deste contrato, às suas expensas e riscos, com a prévia e expressa autorização formal da Contratante, observadas as seguintes condições:

18.1.1. A subcontratação só poderá ser oferecida pela Contratada, em casos de manutenções muito complexas e/ou específicas, que exijam a contratação de técnico ou empresa especializada na área, como forma de agilizar ou viabilizar a conclusão da manutenção corretiva;

18.1.2. O limite máximo admitido para a subcontratação será de 30% (trinta por cento) do valor estimado do objeto desta licitação ou do valor arrematado e/ou negociado com o pregoeiro.

18.1.3. Os pagamentos relativos aos serviços executados serão feitos diretamente à futura Contratada, que nos termos da subcontratação pagará à sua subcontratada;

18.1.4. A permanência da responsabilidade da Contratada quanto às obrigações contratuais, não podendo transferir à Contratante nenhuma exceção, restrição ou alegação de descumprimento total ou parcial que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

18.1.5. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

18.1.6. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

19.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

19.6.1. não produziu os resultados acordados;

19.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

19.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 20.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 20.1.6.** não mantiver a proposta.

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 20.2.2.** multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 20.2.3.** multa moratória de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após 30 (trinta) dias, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor total do contrato;

20.2.4. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.2.4.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

20.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail selic.ditec@dpf.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, Diretoria Técnico-Científica, Área de Licitações.

21.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, Diretoria Técnico-Científica, Área de Licitações, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.10.1. ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;

22.10.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

22.10.3. ANEXO III – Termo de Contrato.

Brasília-DF, 11 de maio de 2016.

JOSÉ JAIR WERNANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico – DITEC/DPF

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO SRP Nº 02/2016
TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 08059.001425/2015-67)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, em âmbito nacional, com fornecimento de peças, dos seguintes equipamentos da marca Agilent: 33 (trinta e três) cromatógrafos gasosos acoplados a espectrômetro de massas (GC-MS), 07 (sete) cromatógrafos líquidos (HPLC), 01 cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 35 (trinta e cinco) ultravioletas, 02 (dois) espectrofotômetros de infravermelho (FT-IR) e outros equipamentos específicos, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e nas unidades técnico-científicas de todos os estados, cujo quantitativo e distribuição atual se encontram relacionados na tabela constante do Anexo I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, e detalhados nos Anexos III, IV e V.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando o desgaste natural advindo do uso contínuo de equipamentos em análises de rotina e tendo em vista o término da garantia dos equipamentos relacionados, imprescindíveis para a confecção de laudos periciais, faz-se necessária a contratação de serviços especializados de manutenção corretiva.

2.2. Em média são produzidos anualmente 8.600 laudos de química forense nas unidades de criminalística da PF, sendo que para a produção da maioria deles, os Peritos Criminais Federais utilizaram os equipamentos, que estão no escopo dessa contratação.

2.3. Os referidos equipamentos são utilizados rotineiramente na maioria das análises periciais de identificação e determinação de teores de drogas ilícitas, medicamentos, explosivos, alimentos, agrotóxicos e materiais diversos relacionados a ilícitos penais.

2.4. O perfeito funcionamento desses equipamentos é de vital importância à realização dos exames analíticos necessários para o embasamento técnico e celeridade exigidos para a emissão de Laudos Periciais.

2.5. Ante o exposto, fica evidente a necessidade de contratação do serviço de manutenção corretiva dos equipamentos de modo a assegurar a sua continuidade operacional.

2.6. Os quantitativos demandados de peças (Anexo III), de deslocamento dos técnicos (Anexo IV) e de horas técnicas (Anexo V) se pautaram no histórico de utilização de serviços de manutenção corretiva desses equipamentos pelo órgão nos últimos 5 anos, durante a vigência do contrato de manutenção corretiva, entre 2010 e 2014, e em dados demonstrativos da perspectiva futura da demanda.

2.7. Considerando, ainda, a idade média dos equipamentos da marca Agilent, que começaram a ser instalados nos laboratórios da PF no ano de 2006, estimou-se que a necessidade de manutenções corretivas tenderá a sofrer um acréscimo em relação ao último contrato.

2.8. O último Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva, que vigorou por 5 anos, demonstrou claramente a importância e eficiência de uma contratação nesses moldes. Dezenas de manutenções corretivas foram realizadas, permitindo a execução de análises periciais céleres e com grande qualidade técnica.

2.9. O prejuízo decorrente da interrupção do funcionamento desses equipamentos é enorme. Tratam-se de equipamentos caros, que significaram um altíssimo investimento da instituição. Mantê-los fora de serviço por um tempo elevado, aumenta sobremaneira o tempo de atendimento de algumas solicitações de exames periciais nos laboratórios de química forense da Polícia Federal, muitas das quais que tem que ser enviadas para atendimento no SEPLAB/DPER/INC/DITEC, que por sua vez, sofre com o aumento das suas pendências. Com um Contrato de prestação de serviços de manutenção corretiva vigente, é possível a manutenção imediata dos equipamentos, sem a necessidade de contratações pontuais por parte das unidades gestoras nos estados, que poderia demorar alguns meses para ser efetivada. Dessa forma, justifica-se a natureza continuada dos serviços de manutenção corretiva em questão.

2.10. Justifica-se a escolha de registro de preços, no presente processo, pela necessidade de contratação de serviço de manutenção corretiva de equipamentos similares por outras instituições governamentais, principalmente, os laboratórios de química forense dos institutos estaduais de criminalística, que em sua maioria possuem cromatógrafos gasosos da marca Agilent. Dessa forma, vislumbra-se que a escolha do registro de preços para a presente contratação está em conformidade com inciso III, do artigo 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 janeiro de 2013.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Do Escopo

4.1.1.1. Os serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação dos equipamentos constantes do Anexo I. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) peças e materiais necessários aos reparos aos custos, presentes no Anexo III, incluindo o seu transporte; (b) despesas de deslocamento (ida e volta), incluindo hospedagem, do técnico da contratada até as unidades da Contratante, cujos endereços estão descritos no Anexo II; (c) mão-de-obra especializada ou horas técnicas.

4.1.1.2. Para os equipamentos que porventura estejam descontinuados, se não for possível o reparo de determinado módulo do equipamento ou se o reparo se mostrar economicamente insatisfatório, o mesmo deverá ser substituído por módulos de reposição novos e originais que não tragam nenhuma limitação de funcionalidade ou redução de tempo de vida útil do equipamento.

4.1.1.3. O serviço de manutenção corretiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível.

4.1.1.4. Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não tragam nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante.

4.1.1.5. As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, ou reconcondicionadas sob responsabilidade da Contratada e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

4.1.1.6. Como todos os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho Agilent, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição dos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

4.1.2. Da Abertura da Ordem de Serviço

4.1.2.1. Sempre que necessário será realizado, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritos no Anexo I, de acordo com solicitação da Contratante através de chamado ao serviço de atendimento ao cliente da empresa, por e-mail ou telefone.

4.1.2.2. A solicitação do serviço de manutenção corretiva será formalizada pelo Fiscal Geral do contrato ou pelo Fiscal Local através de e-mail ou telefone, ou caso exista, de Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada. Qualquer que seja o meio de comunicação empregado, a Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

4.1.2.3. Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica do DPF, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Fiscal Geral do Contrato.

4.1.2.4. Considerando as distâncias envolvidas em manutenções em nível nacional, as etapas de apresentação de cronogramas, agendamentos das manutenções, indicação de Fiscais Locais e aprovação para execução dos serviços, poderão ser feitas por meio eletrônico, através de mensagens trocadas entre e-mail oficial do DPF (no caso dos fiscais de contrato) e da empresa contratada.

4.1.2.5. A Cotação feita remotamente ou no local da manutenção, indicando os procedimentos e eventuais trocas de peças e componentes necessários para a solução do problema e seus valores, deverá ser encaminhado ao Fiscal Geral do Contrato e aprovado pelo mesmo, conforme item 4.1.3.

4.1.2.6. A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.

4.1.3. Da Autorização dos Serviços

4.1.3.1. Após analisar a Cotação, o Fiscal Geral do contrato poderá autorizar a realização total ou parcial dos serviços ali previstos ou desautorizar a prestação dos mesmos, avaliando os preços e necessidade dos reparos apresentados pela Contratada.

4.1.4. Dos Prazos para Execução dos Serviços

4.1.4.1. Após a formalização da Ordem de Serviço, a Contratada deve enviar por e-mail a Cotação ao Fiscal Geral do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, com detalhamento dos valores de peças, serviços e de deslocamento do técnico.

4.1.4.2. Após aprovação, por e-mail, da Cotação pelo Fiscal Geral, a Contratada disporá de até 30 (trinta) dias para realizar ao menos uma visita técnica na localidade, onde o serviço foi solicitado, e solucionar inteiramente os problemas encontrados no equipamento ou apresentar uma nova Cotação, para novos problemas identificados.

4.1.4.3. Uma vez recebida a autorização para a realização da manutenção corretiva, a Contratada disporá de um prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco dias), a partir da aprovação da Cotação, para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.

4.1.4.4. Em caso de necessidade de importação de peças, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo máximo para a completa resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para até 90 (noventa) dias. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional.

4.1.4.5. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o Fiscal Geral do contrato poderá estender excepcionalmente, a seu critério, o prazo máximo previsto para a conclusão definitiva do reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

4.1.5. Do Relatório de Serviço realizado

4.1.5.1. Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

4.1.5.2. O Fiscal Local nomeado deverá também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos e efetivamente executados pela Contratada. O Fiscal Local encaminhará o Relatório de Serviço ao Fiscal Geral

4.1.5.3. Após o atesto do Fiscal Local no Relatório de Serviço, a Contratada enviará ao Fiscal Geral do contrato, o pedido de faturamento do serviço executado.

4.1.5.4. Em posse da Cotação, do Relatório de Serviço e do pedido de faturamento da Contratada, o Fiscal Geral fará a avaliação e a confirmação do aceite da execução do serviço, bem como dos valores cobrados pelas peças, deslocamento e horas técnicas. Assim que a avaliação for concluída, o Fiscal Geral comunicará a Contratada, que emitirá as respectivas Notas Fiscais.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. As especificações e modelos dos equipamentos estão detalhadas no Anexo I.

5.2. Os endereços das unidades onde estão instalados os equipamentos e consequentemente onde os serviços serão executados estão detalhados no Anexo II.

5.3. As especificações e modelos das peças a serem eventualmente trocados nos equipamentos, durante as manutenções corretivas estão detalhadas no Anexo III.

5.4. Os quantitativos de deslocamentos estimados dos técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, estão detalhadas no Anexo IV.

5.5. O quantitativo de horas técnicas estimado para os técnicos da Contratada a serem eventualmente realizados, para atendimento das manutenções corretivas, estão detalhadas no Anexo V.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. O Fiscal Geral do contrato aprovará o cronograma com a expectativa de atendimento, a Cotação apresentada por e-mail ou feita no local da manutenção e será o responsável pelo atesto dos serviços prestados pela Contratante, após análise do Relatório de Serviço e dos comprovantes a ele anexados.

6.1.2. O Fiscal Local deverá acompanhar o procedimento de manutenção realizado, devendo também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos, horas técnicas efetivamente executadas, peças e componentes trocados, deslocamento realizado, etc.;

6.1.3. O Fiscal Geral deve avaliar o Relatório de Serviço e o pedido de faturamento da Contratada, para confirmar a execução e a efetividade da manutenção executada, conforme item 4.1.5.4.

6.2. O principal indicador para aferir a efetividade e qualidade da manutenção realizada é o perfeito funcionamento do equipamento, apresentando performance e sensibilidade adequadas e comparáveis ao funcionamento anterior do mesmo, antes do defeito ser apresentado. Essa avaliação é responsabilidade do Fiscal Local.

6.3. O acompanhamento do cumprimento dos prazos estabelecidos no subitem 4.1.4, por parte da Contratada, será de responsabilidade do Fiscal Geral do contrato, que deverá alertar a Contratada, formalmente, sempre que o prazo estiver próximo de ser descumprido.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7.2. A Contratada deverá prover todos os materiais básicos (tais como estopas, lubrificantes, materiais de limpeza, luvas, EPI, entre outros necessários) e equipamentos (tais como medidores de corrente elétrica, medidores de temperatura, entre outros) para realizar os serviços de manutenção corretiva descritos neste Termo de Referência e seus anexos.

7.3. Em relação às peças a serem substituídas, os itens estão devidamente especificados no Anexo III.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada, quando o técnico da Contratada iniciar o atendimento, conforme data agendada previamente, conforme descrito no item 6.1.

8.2. O recebimento do serviço dar-se-á em caráter provisório mediante a entrega do equipamento reparado à Contratante, com o Relatório de Serviço da Contratada, onde constarão a descrição dos serviços executados, a quantidade de horas técnicas gastas e a relação das peças substituídas.

8.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 02 (dois) dias, pelo Fiscal Local, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, conforme item 4.1.5.4, com a consequente aceitação mediante atesto da Nota Fiscal. Nesse período serão realizados os testes necessários à constatação do pleno funcionamento do equipamento reparado.

8.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.7. Caberá ao Fiscal Geral, responsável nacional pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, confrontar, após os relatos dos Fiscais Locais sobre os testes de funcionalidade do equipamento reparado, as informações constantes da Nota Fiscal, que deverá apresentar os custos dos serviços prestados individualizados por Ordem de Serviço, com as informações por ele gerenciadas, atestando-a, caso seja verificada a conformidade, ou notificando a Contratada na ocorrência de inconsistências.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer

os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

10.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.16. Manter disponíveis, em horário comercial, os recursos materiais e humanos necessários e suficientes para que a Contratante possa solicitar a abertura, sem embargo, da Ordem de Serviço de manutenção corretiva, por telefone, com o pronto fornecimento de número identificador que viabilize o acompanhamento posterior de todas as atividades relacionadas à mesma.

10.17. Elaborar e encaminhar aos fiscais do contrato da Contratante, dentro dos prazos previstos, a Cotação, o Relatório de Serviço realizado e a Nota Fiscal de serviço (que deverá apresentar os custos dos serviços individualizados por Ordem de Serviço executada no período) e a Nota Fiscal das peças, quando o reparo exigir a substituição de peça.

10.18. Fornecer garantia de todos os serviços de manutenção corretiva, bem como quando da necessidade de substituição de peças, por prazo de 3 (três) meses para as peças e os serviços.

10.19. Informar e manter atualizado endereço eletrônico ou número de telefone, mediante o qual se realizará a abertura da ordem de serviço.

10.20. Respeitar os prazos máximos estabelecidos no contrato sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

10.21. Fornecer, em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN/MP 01 de 19/01/2010 e a critério da administração, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens, conforme modelo constante no Anexo VI.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A Contratada poderá subcontratar serviços específicos que compõem o objeto deste contrato, às suas expensas e riscos, com a prévia e expressa autorização formal da Contratante, observadas as seguintes condições:

11.1.1. A subcontratação só poderá ser oferecida pela Contratada, em casos de manutenções muito complexas e/ou específicas, que exijam a contratação de técnico ou empresa especializada na área, como forma de agilizar ou viabilizar a conclusão da manutenção corretiva;

11.1.2. O limite máximo admitido para a subcontratação será de 30% (trinta por cento) do valor estimado do objeto desta licitação ou do valor arrematado e/ou negociado com o pregoeiro.

11.1.3. Os pagamentos relativos aos serviços executados serão feitos diretamente à futura Contratada, que nos termos da subcontratação pagará à sua subcontratada;

11.1.4. A permanência da responsabilidade da Contratada quanto às obrigações contratuais, não podendo transferir à Contratante nenhuma exceção, restrição ou alegação de descumprimento total ou parcial que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

11.1.5. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

11.1.6. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

13.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.10. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.10.1. A Contratante designará servidores para exercerem a função de Fiscal Geral e Fiscais Locais do contrato, a quem caberá o acompanhamento e a fiscalização de todos os serviços abrangidos pelo contrato.

13.10.2. O Fiscal Geral do contrato e seu substituto serão designados pelo ordenador de despesas. Os Fiscais Locais serão servidores indicados ao Fiscal Geral do contrato pela chefia imediata das unidades técnico-científicas do local onde o equipamento está instalado.

13.10.3. O Fiscal Geral do contrato e/ou os Fiscais Locais deverão acionar a contratada para a prestação dos serviços de Manutenção Corretiva, através de chamado por telefone ou por e-mail.

13.10.4. O Fiscal Local deverá acompanhar todo o procedimento de manutenção realizado, devendo também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos, horas técnicas efetivamente executadas, peças e componentes trocados, e o deslocamento necessário, etc.

13.10.5. Caso haja necessidade de troca de peças não previstas no Anexo III, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a composição do preço praticado. Assim, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

13.10.6. Em caso de dificuldade da empresa em comprovar o preço aplicado, poderá o Fiscal Geral realizar pesquisa de mercado junto a outras empresas, com o intuito de concluir se os preços propostos pela Contratada, na Cotação, são justos.

13.10.7. Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas nos Anexos III, IV e V, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total empenhado no contrato. Nesses casos, o Fiscal Geral deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

13.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3.** fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 14.1.6.** não mantiver a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2.** multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3.** multa moratória de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após 30 (trinta) dias, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor total do contrato;
- 14.2.4.** multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. A Contratada, se compromete em manter os preços constantes no contrato durante sua vigência inicial, apresentados nas planilhas de custos.

15.2. A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere, excessivamente, as obrigações pactuadas no instrumento contratual.

15.3. Esse direito será exercido pela Contratada, quando for o caso, mediante requerimento à Administração para revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato.

15.4. A comprovação de preços será feita por meio de documentos diversos, tais como: notas fiscais de peças fornecidas para outras instituições; lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

15.5. Junto com o requerimento, a Contratada deverá apresentar planilhas comparativas de custos entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

15.6. A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

15.7. Independentemente de solicitação a Administração poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

15.8. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

16. DO PREÇO

16.1. A proponente deverá informar os preços unitários e totais, através das seguintes planilhas:

16.1.1. Planilha com valores unitários e totais das peças descritas no Anexo III, sem a inclusão do ICMS, e incluindo seu transporte para cada localidade listada no Anexo II.

16.1.2. Planilha com valores de descolamento dos técnicos para cada localidade listada no Anexo II, incluindo as despesas com passagens aéreas e com hospedagem para um técnico, independentemente da quantidade de dias necessários de estadia do técnico da Contratada para manutenção, de acordo com o Anexo IV.

16.1.3. Planilha com valor único de hora técnica, na qual deverão estar incluídos todos os custos, inclusive trabalhistas, necessários para a perfeita execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, conforme o Anexo V.

16.1.4. O valor global será formado pela soma dos valores totais das três planilhas descritas nos Anexos III, IV e V (Valor global = Valor total III + Valor total IV + Valor total V).

16.2. Os serviços de manutenção corretiva, incluindo peças e deslocamento, somente estarão contemplados e pagos caso haja alguma ocorrência, com atendimento efetivo presencial. Além disso, só serão pagos por demanda, de acordo com os valores apresentados nas planilhas de custos e formação de preços, apresentadas pela empresa contratada, nos formatos propostos nos Anexos III, IV e V.

16.3. O valor global apresentado, através das planilhas de custos, será utilizado para estabelecer a empresa vencedora, que será a que apresentar menor valor global.

16.4. O valor global máximo aceitável para a presente contratação é de **R\$ 944.593,32** (novecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. A vigência do contrato se iniciará a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União pelo período de 12 (doze) meses.

17.2. O contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado, com vantagens para a Administração devidamente justificada nos autos, por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

17.3. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do IPCA.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Brasília, 31 de março de 2016.

ÉLVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Classe Especial - Matrícula 9.513
Chefe do SEPLAB DPER/INC/DITEC/DPF

Aprovo este Termo de Referência para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva em equipamentos da marca Agilent em de abril de 2016.

JOSÉ JAIR WERMANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico

Anexo I do Termo de Referência
Distribuição de Equipamentos da empresa Agilent Technologies para Manutenção Corretiva

Item	Modelo	Descrição	Número de Série	Código	Estado	Cidade
1	G1103A	UV-VIS	CN22806326	UV-VIS-BRA-01	DF	Brasília
2	G1103A	UV-VIS	CN22806324	UV-VIS-BRA-02	DF	Brasília
3	G1311A	Bomba Quaternária	DE43633574	LCMS-BRA-01	DF	Brasília
	G1323B	Controle	CN40413143			
	G1322A	Desgaseificador	JP32751671			
	G1329A	ALS	DE43616028			
	G1330B	ALS-Thermo	DE13212573			
	G1315B	DAD	DE43626595			
	G1316A	Comp. Col.	DE43648576			
	G1969A	LC/MSD	US52700610			
4	G1311A	Bomba Quaternária	DE43633579	LC-BRA-01	DF	Brasília
	G1379A	Desgaseificador	JP40724944			
	G1329A	ALS	DE43615971			
	G1330B	ALS-Thermo	DE13212375			
	G1364C	ANFL	DE43620756			
	G1362A	RID	CN43802149			
	G1315B	DAD	DE43626610			
	G1316A	Comp.Col.	DE43648736			
5	G1312A	Bomba Binária	DE43618774	LC-BRA-02	DF	Brasília
	G1379A	Desgaseificador	JP40724907			
	G1329A	ALS	DE43615984			
	G1330B	ALS-Thermo	DE13212371			
	G1364C	AN FC	DE43620758			
	G1315B	DAD	DE43626408			
	G1321A	FLD	DE43607539			
	G1316A	Comp. Col.	DE43648575			
6	G1376A	Bomba Capilar	DE43601407	LC-BRA-03	DF	Brasília
	G1379A	Desgaseificador	JP40724909			
	G1316A	Comp. Col.	DE43647765			
	G1315B	DAD	DE43626601			
	G1389A	Micro-ALS	DE43600549			
	G1330B	ALS	DE13212576			
7	G4220A	Bomba Binária	DEBAA00883	LCMS-BRA-02	DF	Brasília
	G4226A	ALS	DEBAP02003			
	G1330B	ALS-Thermo	DEBAK06106			
	G4212A	DAD	DEBAF00910			
	G1316C	Comp. Col.	DEBAC02533			

Item	Modelo	Descrição	Número de Série	Código	Estado	Cidade
8	G1540N	Cromat. Gasoso	US10538010	MS-BRA-01	DF	Brasília
	G2913A	Torre	CN53927891			
	G2614A	Bandeja	CN53736624			
	G2589A	MSD	US52430352			
	G1888A	Head Space	IT00534011			
9	G3272A	ICP-MS	JP51201399	ICP-BRA-01	DF	Brasília
	G1360A	ALS	DE30600600			
10	G1540N	Cromat. Gasoso	US10538016	MS-BRA-02	DF	Brasília
	G2913A	Torre	CN53927903			
	G2614A	Bandeja	CN53736615			
	G2589A	MSD	US52430292			
	1489001ET	Purge & Trap	US05241005			
11	G1540N	Cromat. Gasoso	US10505002	MS-BRA-03	DF	Brasília
	G2913A	Torre	CN50423203			
	G2614A	Bandeja	CN50331937			
	G2589A	MSD	US44630588			
	G1888A	Head Space	IT00502019			
12	G1540N	Cromat. Gasoso	US10538011	MS-BRA-04	DF	Brasília
	G2913A	Torre	CN53927873			
	G2614A	Bandeja	CN53736625			
	G2589A	MSD	US52430373			
13	G1540N	Cromat. Gasoso	US10538017	MS-BRA-05	DF	Brasília
	G2913A	Torre	CN53927885			
	G2614A	Bandeja	CN53736628			
	G2589A	MSD	US52430763			
14	G3440A	7890A Series GC	CN12021093	MS-BRA-06	DF	Brasília
	G3172A	5975C inert XL EI/CI	US12093A09			
15	G1600A	Eletroforese	DE1603135	CE-BRA-01	DF	Brasília
16	Spectra 220FS	Absorção Atômica	EL00083402	AA-BRA-01	DF	Brasília
	SPS 5	Sample Prep. System	EL00083198			
	GTA 110		EL00083700			
	VGA 77		EL00083084			
17	Cary 50 Probe	UV-Visible Spec	EL00083500	UV-VIS-BRA-03	DF	Brasília
18	G1103A	UV-VIS	CN22806847	UV-VIS-AC-04	AC	Rio Branco
19	G3440A	7890A Series GC	US10536059	MS-AC-07	AC	Rio Branco
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US80648459			
20	G1103A	UV-Visible Spec	CN22806907	UV-VIS-AL-05	AL	Maceió
21	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US80148403	MS-AL-08	AL	Maceió

Item	Modelo	Descrição	Número de Série	Código	Estado	Cidade
	G3397A	Ion Gauge/Controller	G31A5460			
	G3440A	7890A Series GC	CN10805117			
22	G1103A	UV-VIS	CN22806846	UV-VIS-AP-06	AP	Macapá
23	G1103A	UV-VIS	CN22806850	UV-VIS-AM-07	AM	Manaus
24	G3440A	7890A Series GC	CN10805134	MS-AM-09	AM	Manaus
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US80148391			
25	G1103A	UV-VIS	CN22805333	UV-VIS-BA-08	BA	Salvador
26	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536060	MS-BA-10	BA	Salvador
	G2589A	MSD	US52430700			
27	G1103A	UV-VIS	CN22806845	UV-VIS-CE-09	CE	Fortaleza
28	G3440A	7890A Series GC	CN10805131	MS-CE-11	CE	Fortaleza
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US80148365			
29	G1103A	UV-VIS	CN22805707	UV-VIS-ES-10	ES	Vila Velha
30	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614014	MS-ES-12	ES	Vila Velha
	G2589A	MSD	US60532532			
31	G1103A	UV-VIS	CN22805717	UV-VIS-GO-11	GO	Goiânia
32	G1540N	Cromat. Gasoso	US10612037	MS-GO-13	GO	Goiânia
	G2589A	MSD	US60532561			
33	G1103A	UV-VIS	CN22807425	UV-VIS-MA-12	MA	São Luiz
34	G1103A	UV-VIS	CN22805716	UV-VIS-MT-13	MT	Cuiabá
35	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614015	MS-MT-14	MT	Cuiabá
	G2589A	MSD	US60532567			
36	G1103A	UV-VIS	CN22805705	UV-VIS-MS-14	MS	Dourados
37	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614021	MS-MS-15	MS	Dourados
	G2589A	MSD	US60532566			
38	G1103A	UV-VIS	CN22805715	UV-VIS-MG-15	MG	Belo Horizonte
39	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614018	MS-MG-16	MG	Belo Horizonte
	G2589A	MSD	US60532562			
40	G1103A	UV-VIS	CN22807458	UV-VIS-PA-16	PA	Belém
41	G3440A	7890A Series GC	CN10913087	MS-PA-17	PA	Belém
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US90441869			
42	G1103A	UV-VIS	CN22807427	UV-VIS-PB-18	PB	João Pessoa
43	G3440A	7890A Series GC	CN12121123	MS-PB-18	PB	João Pessoa
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12173A34			
44	G1103A	UV-VIS	CN22805322	UV-VIS-PR-18	PR	Curitiba
45	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536059	MS-PR-19	PR	Curitiba
	G2589A	MSD	US52430701			
46	G3440A	7890A Series GC	CN12101057	MS-PR-20	PR	Curitiba
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12093A15			

Item	Modelo	Descrição	Número de Série	Código	Estado	Cidade
47	Pro Star 240	Bomba Quaternária	00866	LC-PR-04	PR	Curitiba
	Pro Star 410	Desgaseificador	0050114			
	Pro Star 335	ALS	EL05049040			
	Pro Star 363	DAD	00881			
	Pro Star 500	FLD	00488			
	Pro Star 701	Comp. Col.	205L20176			
48	G1103A	UV-VIS	CN22805322	UV-VIS-PE-19	PE	Recife
49	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536059	MS-PE-21	PE	Recife
	G2589A	MSD	US52430701			
50	G1103A	UV-VIS	CN22805719	UV-VIS-PI-20	PI	Teresina
51	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614013	MS-PI-22	PI	Teresina
	G2589A	MSD	US52430759			
52	G1103A	UV-VIS	CN22805718	UV-VIS-RJ-21	RJ	Rio de Janeiro
53	G1540N	Cromat. Gasoso	US10614017	MS-RJ-23	RJ	Rio de Janeiro
	G2589A	MSD	US60532530			
54	G1103A	UV-VIS	CN22805714	UV-VIS-RN-22	RN	Natal
55	G1540N	Cromat. Gasoso	US10613047	MS-RN-24	RN	Natal
	G2589A	MSD	US52430641			
56	G1103A	UV-VIS	CN22805312	UV-VIS-RS-23	RS	Porto Alegre
57	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536066	MS-RS-25	RS	Porto Alegre
	G2589A	MSD	US52430698			
58	G1311C	1260 Bomba Quaternária	DEAB816040	LC-RS-05	RS	Porto Alegre
	G1329B	1260 ALS	DEAAC30879			
	G1316A	1260 Comp. Col.	DEACN32960			
	G1315D	1260 DAD	DEAAX06698			
	G1362A	1260 RID	DEAA605687			
59	G1103A	UV-VIS	CN22807467	UV-VIS-RO-24	RO	Porto Velho
60	G3440A	7890A Series GC	CN12091021	MS-RO-26	RO	Porto Velho
	G3172A	5975C inert XL EI/CI	US12123A21			
61	G1103A	UV-VIS	CN22807467	UV-VIS-RR-25	RR	Boa Vista
62	G3440A	7890A Series GC	CN12091021	MS-RR-27	RR	Boa Vista
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12123A21			
63	G1103A	UV-VIS	CN22805313	UV-VIS-SC-26	SC	Florianópolis
64	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536065	MS-SC-28	SC	Florianópolis
	G2589A	MSD	US52430534			
65	G1103A	UV-VIS	CN22805321	UV-VIS-SP-27	SP	São Paulo
66	G1540N	Cromat. Gasoso	US10536064	MS-SP-29	SP	São Paulo
	G2589A	MSD	US52430721			
67	G3440A	7890A Series GC	CN10913086	MS-SP-30	SP	São Paulo
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US90441974			

Item	Modelo	Descrição	Número de Série	Código	Estado	Cidade
68	HPLC 1200	Bomba Quaternária	DE62970320	LC-SP-06	SP	São Paulo
		Desgaseificador	JP73070202			
		ALS	DE64772827			
		ALS-Thermo	DE84967680			
		DAD	DE64261092			
		FLD	DE90958918			
		Comp. Col.	DE90375076			
69	G1103A	UV-VIS	CN22807458	UV-VIS-SE-28	SE	Aracaju
70	G1103A	UV-VIS	CN22807502	UV-VIS-TO-29	TO	Palmas
71	G3440A	7890A Series GC	CN12161151	MS-TO-31	TO	Palmas
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12173A07			
72	G1103A	UV-VIS	CN 22807449	UV-VIS-DRS-30	MS	Dourados
73	G3440A	7890A Series GC	CN12051046	MS-DRS-32	MS	Dourados
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12113A07			
74	G1103A	UV-VIS	CN22807426	UV-VIS-FIG-31	PR	Foz do Iguaçu
75	G3440A	7890A Series GC	CN12091024	MS-FIG-33	PR	Foz do Iguaçu
	G3174A	5975C inert XL EI/CI	US12123A19			
76	G1103A	UV-VIS	CN22807424	UV-VIS-RPO-32	SP	Ribeirão Preto
77	G1103A	UV-VIS	CN22807450	UV-VIS-SMA-33	RS	Santa Maria
78	G1103A	UV-VIS	CN22807457	UV-VIS-STS-34	SP	Santos
79	Cary 630	FTIR 630	MY14490006	FT-IR-PTS-01	RS	Pelotas
		Módulo ATR	MY14450023			
		Módulo Dial Path	MY14100057			
		Módulo transmissão	MY14500030			
80	UV 8454	UV-Vis 8454	MY14490014	UV-VIS-PTS-35	RS	Pelotas
81	Cary 630	FTIR 630	MY14250010	FT-IR-GRA-01	PR	Guaíra
		Módulo ATR	MY14210016			
		Módulo Dial Path	MY14240025			
		Módulo transmissão	MY14230012			
82	Cary 630	FTIR 630	MY15322004	FT-IR-UDI-01	MG	Uberlândia
		Módulo ATR	MY15310035			
		Módulo Dial Path	MY15250030			
		Módulo refletância difusa	MY15280038			

Anexo II do Termo de Referência
Endereços dos laboratórios onde os equipamentos estão instalados

Nº	Unidade Técnico-Científica:	Endereço:	Bairro:	CEP:	CIDADE	ESTADO	DDD:	Telefone 1:	Telefone 2:	Fax:	Chefe:	E-mail institucional chefe:	E-mail institucional unidade:	Chefe substituto:
1	AC	RUA FLORIANO PEIXOTO, 874	CENTRO	69908-030	RIO BRANCO	ACRE	(68)	3212-1279	3212-1266	3212-1203	Roberto Feres	feres.rf@dpf.gov.br	setec.srac@dpf.gov.br	Giulliano Togni
2	AL	AVENIDA WALTER ANANIAS, S/N	JARAGUÁ	57020-080	MACEIÓ	ALAGOAS	(82)	3216-6731	3216-6735	3216-6799	Guilherme Oliveira Cardoso	Guilherme.goc@dpf.gov.br	setec.sral@dpf.gov.br	Alexandro Manguiera Lima de Assis
3	AM	AVENIDA DOMINGOS JORGE VELHO Nº 40	DOM PEDRO II	69042-470	MANAUS	AMAZONAS	(92)	3655-1531	3655-1511	3655-1531	Alex Sandro Santana Gonçalves	alex.assg@dpf.gov.br	setec.sram@dpf.gov.br	Emerson Miranda Fonseca
4	AP	AVEDIDA ERNESTINO BORGES Nº 1402	JESUS DE NAZARÉ	68908-010	MACAPÁ	AMAPÁ	(96)	3213-7520	3213-7592	3213-7590	Paulo Renato da Costa Pereira	paulorenato.prpc@dpf.gov.br	setec.srap@dpf.gov.br	Raimundo Nonato Alves Cameiro
5	BA	AVENIDA ENGENHEIRO OSCAR PONTES Nº 339	AGUA DOS MENINOS	40460-130	SALVADOR	BAHIA	(71)	3319-6032	3319-6033	3319-6031	Maria Helena Carvalho Durán	helenah.mhcd@dpf.gov.br	setec.srba@dpf.gov.br	Rogério Matheus Vargas
6	CE	RUA DR. LAUDELINO COLHO Nº 55	BAIRRO DE FATIMA	60415-430	FORTALEZA	CEARÁ	(85)	3392-4960	3392-4873	3392-4873	José Helano Matos Nogueira	helano.jhmn@dpf.gov.br	setec.srce@dpf.gov.br	João Bosco Carvalho de Almeida
7	ES	RUA VALE DO RIO DOCE Nº 01	SÃO TORQUATO	29114-670	VILA VELHA	ESPÍRITO SANTO	(27)	3041-8288	3041-8090	30418090	José Guimarães Carvalho	guimaraes.jgc@dpf.gov.br	setec.sres@dpf.gov.br	Regina Lengruher da Silva
8	GO	AV. EDMUNDO PINHEIRO DE ABREU, 826	SETOR BELA VISTA	74823-030	GOIÂNIA	GOIÁS	(62)	3240-9644	3240-9653	3240-9650	Fabiano Afonso de Sousa Menezes	fabiano.fasm@dpf.gov.br	setec.srgo@dpf.gov.br	Helder Marques Vieira da Silva
9	MA	AVENIDA SANTOS DUMONT	ANIL	65046-600	SÃO LUIZ	MARANHÃO	(98)	31315110			Eufrásio Bezerra de Sousa Filho	eufrasio.ebsf@dpf.gov.br	setec.sрма@dpf.gov.br	Hmenon Carvalho dos Santos
10	MG	RUA NASCIMENTO GURGEL Nº 30	GUTIERREZ	30430-340	BELO HORIZONTE	MINAS GERAIS	(31)	3330-5262	3330-5268	3330-5262	Marcus Vinicius de Oliveira Andrade	marcus.mvoad@dpf.gov.br	setec.srmg@dpf.gov.br	Daniel Quaresma de Lemos Amaral
11	MS	RUA FERNANDO LUIZ FERNANDES Nº 322	VILA SOBRINHO	79110-901	CAMPO GRANDE	MATO GROSSO DO SUL	(67)	3368-1171	3368-1205	3368-1174	Everaldo Gomes Parangaba	everaldo.egp@dpf.gov.br	setec.srms@dpf.gov.br	Zoroastro Barbosa Passos
12	MT	AVENIDA RUBENS DE MEDONÇA Nº 1205	ARÄVES	78008-000	CUIABÁ	MATO GROSSO	(65)	3927-9191	3614-5621	3614-5618	Sérgio Rodrigues Silva	sergio.srs@dpf.gov.br	setec.srmt@dpf.gov.br	José Roberto Riston
13	PA	TRAVESSA PIRES FRANCO Nº 93	SOUZA	66613-060	BELÉM	PARÁ	(91)	3231-8899	3238-0673	3231-8899	Stoessel Farah Sadalla Neto	stoessel.sfsn@dpf.gov.br	setec.srpa@dpf.gov.br	Marciene de Nazaré Araújo Lobo Leite
14	PB	RODOVIA BR-230, KM 07 – RUA LUIZA ANNITA MELLO DI LASCIO	PONTA DE CAMPINA	58010-760	CABEDELO	PARAÍBA	(83)	3269-9452	3269-9300	3269-9300	Francisco dos Santos Lopes	lopes.fsl@dpf.gov.br	setec.srpb@dpf.gov.br	Eduardo Aparecido Toledo
15	PE	AVENIDA CAIS DO APOLO, 321 – 3º ANDAR	CAS DO APOLO - BAIRRO DO RECIFE	50030-230	RECIFE	PERNAMBUCO	(81)	2137-4070	2137-4072	2137-4072	Ricardo Saldanha Honorato	saldanha.rsh@dpf.gov.br	setec.srpe@dpf.gov.br	Rhassanno Caracciolo Patriota
16	PI	AVENIDA MARANHÃO 1022	CENTRO NORTE	64000-010	TERESINA	PIAUÍ	(86)	2106-4960	2106-4918	2106-4918	José Arthur de Vasconcelos Neto	arthur.javn@dpf.gov.br	setec.srpi@dpf.gov.br	Ricardo Wagner
17	PR	RUA PROFESSORA SANDÁLIA MANZON, 210	SANTA CÂNDIDA	82640-030	CURITIBA	PARANÁ	(41)	3251-7601	3251-7610	3251-7610	Fábio Augusto da Silva Salvador	salvador.fass@dpf.gov.br	setec.srpr@dpf.gov.br	Fernando Nadal
18	RJ	AVENIDA RODRIGUES ALVES Nº 01 2º ANDAR - PC. MAUÁ	CENTRO	20081-250	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	(21)	2203-4270	2203-4271	2203-4280	Paulo Roberto Noronha da Silva Jr.	noronha.prnsj@dpf.gov.br	setec.srrij@dpf.gov.br	Luis Fernando da Silva Barra
19	RN	RUA DR LAURO PINTO Nº155	LAGOA NOVA	59064-250	NATAL	RIO GRANDE DO NORTE	(84)	3204-5575	3204-5568	3204-5568	Flavio Leite Rodrigues	Flavio.fr@dpf.gov.br	setec.srrn@dpf.gov.br	Marcelo Abdalla dos Reis
20	RO	AVENIDA LAURO SODRÉ Nº 2905	TANQUES	76802-449	PORTO VELHO	RONDÔNIA	(69)	3216-6246	3216-6233	3216-6232	Tito Dias Junior	Tito.tdj@dpf.gov.br	setec.srro@dpf.gov.br	Gleidston Pains Pamplona
21	RR	AVENIDA BRASIL, 551	13 DE SETEMB RO	69308-050	BOA VISTA	RORAIMA	(95)	3621-1534	3621-1534	3621-1534	Renato Cavalcante Filho	Cavalcante.rcf@dpf.gov.br	setec.srrr@dpf.gov.br	Luis Gustavo Canesi Ferreira
22	RS	AVENIDA IPIRANGA Nº 1365 8º ANDAR	AZENHA	90160-093	PORTO ALEGRE	RIO GRANDE DO SUL	(51)	3235-9066	3235-9066	3235-9065	Leandro Luiz Pozzebon	Leandro.llp@dpf.gov.br	setec.srrs@dpf.gov.br	Carolina Agostini de Oliveira
23	SC	RUA PASCHOAL APOSTÓLO PITSICA, Nº 4744	AGRONOMICA	88025-255	FLORIANÓPOLIS	SANTA CATARINA	(48)	3281-6510	3281-6508	3281-6508	Alexanders Tadeu das Neves Belarmino	alexanders.atnb@dpf.gov.br	setec.srso@dpf.gov.br	Antonio Cesar Becker Junior

Nº	Unidade Técnico-Científica:	Endereço:	Bairro:	CEP:	CIDADE	ESTADO	DDD:	Telefone 1:	Telefone 2:	Fax:	Chefe:	E-mail institucional chefe:	E-mail institucional unidade:	Chefe substituto:
24	SE	AVENIDA AUGUSTO FRANCO Nº 2260	SIQUEIRA CAMPOS	49075-100	ARACAJÚ	SERGIPE	(79)	3234-8574	3234-8574		Jefferson Ricardo Bastos Braga	jefferson.jrbb@dpf.gov.br	setec.srse@dpf.gov.br	Fernando Fernandes de Lima
25	SP	RUA HUGO D' ANTOLA Nº 95 - 10º ANDAR	LAPA	05038-090	SÃO PAULO	SÃO PAULO	(11)	3538-6087	3538-6096	3538-6089	Luiz Vanderlei Marasca	marasca.lvm@dpf.gov.br	setec.srsp@dpf.gov.br	Márcio Rodrigo de Freitas Carneiro
26	TO	AVENIDA JOAQUIM TEOTONIO SEGURANDO, QUADRA302 NORTE	PLANO DIRETOR SUL	77020-450	PALMAS	TOCANTINS	(63)	3236-5435	3236-5435	3236-5435	Cesar Del Nero Santos	cesar.cdns@dpf.gov.br	setec.srto@dpf.gov.br	Paulo Augusto Tatsch
27	STS	RUA RIACHUELO, 27	CENTRO	11010-021	SANTOS	SÃO PAULO	(13)	3213-1819	3213-1825	3213-1872	Priscila Dias Sily	priscila.pds@dpf.gov.br	dpf.nutec.stssrsp@dpf.gov.br	Rodrigo Gonçalves Teixeira
28	RPO	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 2634	PARQUE INDUSTRIAL - LAGOINHA	14095-220	RIBEIRÃO PRETO	SÃO PAULO	(16)	3965-3616		3965-3616	Andrea Nicole Pey	andrea.anp@dpf.gov.br	dpf.nutec.rpo.srsp@dpf.gov.br	Geraldo Silva de Campos Almeida
29	DRS	RUA AZIZ RASSELEN, 360	VILA POPULAR	79822-059	DOURADOS	MATO GROSSO DO SUL	(67)	3420-1738		3420-1738	Heitor Luis Fernandes	Heitor.hlf@dpf.gov.br	dpf.nutec.drs.srms@dpf.gov.br	Mauro Mercadante do Amaral
30	SMA	RUA DOS ANDRADAS, 138	PASSO D'AREIA	97020-040	SANTA MARIA	RIO GRANDE DO SUL	(55)	3286-2791		3223-1891	Marcos Roberto Feuerharmel	Marcos.mrf@dpf.gov.br	dpf.utec.sma.rs@dpf.gov.br	Alexandre Luiz Rodrigues Zarth
31	PTS	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.049	FRAGATA	96.030-003	PELOTAS	RIO GRANDE DO SUL	(53)	3309-9080			Ivanhoé Lobato Rocha	ivanhoe.ilr@dpf.gov.br	dpf.utec.pts.rs@dpf.gov.br	Rodrigo da Silva Muceneeki
32	FIG	AVENIDA PARANÁ, 3471	JARDIM POLO CENTRO	85863-720	FOZ DO IGUAÇU	PARANÁ	(45)	3576-5518	3576-5674	3576-5674	Giovani Vilnei Rotta	giovani.gvr@dpf.gov.br	dpf.nutec.fig.srpr@dpf.gov.br	Marcelo Druzian
33	GRA	PRAÇA CASTELO BRANCO, 200	CENTRO	85980-000	GUAÍRA	PARANÁ	(44)	3642-9105			Etienne Jacintho de Almeida	etienne.eja@dpf.gov.br	dpf.utc.gra.srpr@dpf.gov.br	Paulo Roberto Rocha Vitorino
34	INC	SETOR POLICIAL SUL Q. 07 LOTE 23	ASA SUL	70610-902	BRASÍLIA	DISTRITO FEDERAL	(61)	2024-9336	2024-9369	2024-9370	Élvio Dias Botelho	elvio.edb@dpf.gov.br	seplab.inc@dpf.gov.br	Marcos de Almeida Camargo
35	UDI	AV. JOÃO NAVES DE ÁVILA, 5800	PAMPULHA	38408-680	UBERLÂNDIA	MINAS GERAIS	(34)	3230-2061			Mário Henrique Palis Santana	santana.mhps@dpf.gov.br	dpf.utec.udi.smg@dpf.gov.br	Jorge Eduardo de Sousa Aguiar

Anexo III do Termo de Referência
Planilha de Custos das Peças Previstas em Manutenção Corretiva

Item	Código Agilent (P/N)	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
		Desgaseificador G1322A			
1	G1322-60000	Vacuum Pump, G1322A	1	6.359,70	6.359,70
2	G1322-60002	Vacuum Tube, G1322A	1	1.757,40	1.757,40
3	G1322-60003	Solenoid Valve, G1322A	1	4.445,70	4.445,70
4	G1322-60001	AC 3.3Vacuum Chamber,	1	21.880,50	21.880,50
		Bomba G1311A			
5	5062-8562	AIV Cartridge (400bar)	1	1.670,40	1.670,40
6	5063-6589	Plunger seal for 1100 and 1050 2/PK	1	856,52	856,52
7	G1312-60071	Purge valve assembly, SS	1	3.567,00	3.567,00
8	G1312-60025	Active inlet valve, without cartridge	1	2.905,80	2.905,80
9	79835-60005	Damper	1	20.340,60	20.340,60
10	G1311-67701	EXCH PT AVAIL-MCG Valve Assy	1	14.694,30	14.694,30
		Bomba G1312A			
11	G1312-60067	Outlet valve	1	3.192,00	3.192,00
12	G1312-67302	Mixing capillary assembly, binary pump	1	1.731,30	1.731,30
13	G1312-87301	Restriction Capillary	1	948,30	948,30
		Injetor automático G1313/G1329A			
14	0100-1853	Rotor seal, Vespel	1	1.009,20	1.009,20
15	G1329-87017	Needle seat/capillary, 0.17mm id, 2.3 ul	1	1.365,90	1.365,90
16	G1313-87201	Needle, G1313A Autosampler	1	571,16	571,16
		Termostato G1330			
17	G1330-67000	Main Board Kit G1330B	1	7.603,80	7.603,80
		Detector VWD G1314			
17	G1314-60100	D2 Lamp L6903 with box	1	5.324,40	5.324,40
19	G1314-65050	Cell Kit Std	1	1.896,60	1.896,60
		Detector MWD G1315			
20	G1103-60001	Tungsten Lamp assembly, G1315A, 8453	1	11.249,19	11.249,19
21	2140-0813	Deuterium lamp, 1100DAD/MWD longlife - A	1	8.534,70	8.534,70
22	G1315-60012	Standard flowcell, 10mm, 13ul, 120bar	1	8.030,10	8.030,10

Item	Código Agilent (P/N)	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
		Equipamento de UV/Vis 8453 - G1103A			
23	2140-0605	Deuterium lamp, 8453 UV-Vis	2	5.802,90	11.605,80
		Cromatógrafo Gasoso G1530A/G1530N/G1540A/N GC 6890			
24	2110-0036	Fuse ,8 AMP MED	2	87,00	174,00
25	2110-0098	Fuse, 20 AMP MED	2	167,04	334,08
26	G1530-60051	AC Power Bd	1	4.819,80	4.819,80
27	G1530-61030	Oven Sensor Assy	1	2.557,80	2.557,80
28	G1531-60680	Igniter Cable Assembly	1	420,21	420,21
29	G1531-80560	Jet, 0.53mm, 0.011 in./0.29 mm id tip	1	444,57	444,57
30	5188-5367	Gold plated seal	1	326,25	326,25
31	19251-60540	Liner,split,straight,glasswool,non-deact	1	189,23	189,23
32	5181-3383	11mm septa Obs 43-1006466	1	512,00	512,00
33	G1530-67950	HTR/Sensor for FID/TCD/NPD/SSL	1	2.496,90	2.496,90
34	G1544-60500	EPC/Capillary Manifold	1	22.344,30	22.344,30
		Cromatógrafo Gasoso G3440A GC 7890			
35	G1530-63870	Fast Power Kit 240V	1	8.473,80	8.473,80
36	G3430-61851	AC Power PCA	1	3.671,40	3.671,40
37	G3430-60529	ALS Controller Assembly	1	6.698,91	6.698,91
38	G3456-61810	Analog Input PCA	1	4.785,00	4.785,00
39	5188-6495	Split vent trap PM kit,single cartridge	1	324,90	324,90
40	G3430-67013	Valve, 0.010-inch Orifice Replacemnt Kit	1	3.060,80	3.060,80
41	5188-5348	OFN EI Checkout standard 1pg-ul	1	480,00	480,00
42	G1544-80530	Chemical Trap, 2pk, with 4 O-Rings	1	960,00	960,00
43	RMSH-2	Big Universal Trap, 1/8" fttgs, Helium	1	2.690,00	2.690,00
44	G1530-61640	Resistência - 240v. Oven Shroud	2	7.450,00	14.900,00
45	0905-1442	O-Ring 11.484-in-ID .139-in-XSECT-DIA	1	760,50	760,50
		GC/MS G2578A/G2579A - 5973			
46	2110-0875	Fuse (Metric) 4A 250V NTD FE IEC	4	236,64	946,56
47	2110-0969	Fuse (Metric) 8A 250V TD FE UL-REC CSA	2	288,84	577,68
48	G1099-65015	New-Side Board PCA	1	42.403,80	42.403,80
49	G1099-80018	73CI Bipolar Supply	1	28.753,59	28.753,59
50	05971-80103	Electron multiplier replacement horn	1	10.292,10	10.292,10
51	G1099-80001	HED Detector	1	17.878,50	17.878,50
52	G7005-60061	Filament,high temperature EI for GCMS	4	2.296,80	9.187,20
53	G3170-60180	5975C SST350 Heater /Sensor Assembly	1	8.456,40	8.456,40

Item	Código Agilent (P/N)	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
54	6040-0834	Vacuum Pump Oil	2	573,77	1.147,54
55	8500-0656	PFTBA sample, 10 g	3	1.713,90	5.141,70
56	G1099-80039	Exhaust Filter, 3/8" BSP Male	1	2.096,70	2.096,70
57	G3430-60101	LE Logic PCA	1	5.360,70	5.360,70
58	G1999-60401	73CI XFER brz ASSY – Interface GC/MS	1	24.130,53	24.130,53
59	G1099-20133	Isolamento p/espec.massa	1	815,00	815,00
60	G1099-65010	Main Bd PCA	1	22.840,00	22.840,00
61	G3169-60177	Anodized Heater / Sensor Assy (Source)	1	7.301,00	7.301,00
62	G1099-89024	Rebuilt Foreline pump – 220V – EM 5973 inert	1	24.560,00	24.560,00
63	8121-0008	Cable-assembly multiconductor 8-Conductor RJ45/RJ45 PVC White	1	535,00	535,00
64	G1530-61200	Cable Y-Remote Start Stop NON APG	1	2.755,00	2.755,00
65	05971-60119	Foreline hose, plastic, with internal spring – Mangueira bomba mecânica	1	2.380,90	2.380,90
66	G2589-80063	Popbridge Power Supply, 75V	1	13.672,00	13.672,00
		GC/MS G3174A – 5975			
67	G3170-65006	AC PCA - 5975 Tested	1	9.317,70	9.317,70
68	G3170-65010	Main PCA - 5975 - Tested	1	17.661,00	17.661,00
69	G3170-67118	5975 HED Power Supply Kit, BiPolar	1	18.690,50	18.690,50
70	G3170-89026	EXCH PT-Duo 2.5 RVP ~220V	1	15.797,90	15.797,90
71	G1099-60300	5973 GCMS Interface	1	25.969,50	25.969,50
		Headspace G1888A			
72	2322590004	Needle, Headspace transfer line 0.5mm OD	1	3.767,10	3.767,10
73	3600500001	Valve, Solenoid Vent Kalrez	1	2.232,42	2.232,42
74	3600500002	Valve, Solenoid for Vial Pressurization	1	1.385,74	1.385,74
75	410103101	Transferline, Deactivated - Headspace	1	7.289,63	7.289,63
76	6550209030	Sample Probe Holder - Headspace	1	2.839,27	2.839,27
		ICP-MS G3272A			
77	G1833-65566	PIVOT (G1833-20229)	1	250,56	250,56
78	G1833-65094	Octopole Assy	1	4.715,40	4.715,40
79	3162-1056	Oil Mist Filter Kit for E2M18	1	2.027,10	2.027,10
80	6040-0798	Rough Pump Fluid, 1Gal., Inland 45	1	1.748,70	1.748,70
81	G1820-65025	O-Ring	1	191,40	191,40
82	G1820-65050	Skimmer Cone	1	4.758,90	4.758,90
83	G1820-65480	Sampling Cone	1	6.507,60	6.507,60
84	5185-5850	ICP-MS checkout solutions	1	4.963,58	4.963,58
88	G1833-69057	EXCH PT-Refurb RF GENERATOR	1		

Item	Código Agilent (P/N)	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo (R\$)
		LC/MS G1969A			
86	0950-3067	LV Power Supply	1	3.906,30	3.906,30
87	G1969-00060	SmartCard 3+ Faceplate	1	1.792,20	1.792,20
88	G1969-60012	Mother PCA for mass spectrometer-Rev B	1	4.645,02	4.645,02
89	G1969-80027	Turbo Pump Fan Assembly - HS	1	2.383,80	2.383,80
90	G1969-80225	Main Pwr Supply Fan Assembly	1	730,80	730,80
91	G1946-20111	T nut – LC/TOF	1	1.658,12	1.658,12
92	59987-20040	Precision glass capillary, platinum ends	1	12.369,25	12.369,25
93	G1888-60706	LAN upgrade kit, G1888A	1	389,56	389,56
94	G1946-68703	ESI Nebulizer Accessory Ship Kit - TOF	1	1.210,00	1.210,00
95	1460-2571	Canted coil spring - TOF	1	347,25	347,25
96	2110-0715	Fuse 6,3A 250V - TOF	1	84,60	84,60
97	0460-0186	Tape, glass, roll	1	447,25	447,25
98	G2440-60044	Heater Sensor Assembly with cable - TOF	1	6.225,00	6.225,00
99	0515-0372	Screw-Machine Assembly M3 x 0,5 8mm-LG - TOF	4	42,59	170,36
100	0905-1476	Seal, Spring-Energized, 0.375 ID, Black - TOF	1	795,66	795,66
101	G2581-80145	Fan Assy, Medusa - TOF	1	2.156,23	2.156,23
102	G1311-60001	Drive Assembly - HPLC	1	28.540,00	28.540,00
103	G1969-80020	Bayard Alpert Vacuum Gauge with LONx	1	21.136,57	21.136,57
TOTAL				740.284,25	740.284,25

Anexo IV do Termo de Referência
Quantidade estimada de deslocamentos

Localidade	Quantidade Estimada	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total (12 meses)
Acre - Rio Branco	1	R\$ 6.750,00	R\$ 6.750,00
Alagoas – Maceió	2	R\$ 6.550,00	R\$ 13.100,00
Amapá – Macapá	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Amazonas – Manaus	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Bahia – Salvador	2	R\$ 5.650,00	R\$ 11.300,00
Ceará – Fortaleza	2	R\$ 5.650,00	R\$ 11.300,00
Espírito Santo - Vila Velha	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
Goiás – Goiânia	1	R\$ 6.150,00	R\$ 6.150,00
Distrito Federal – Brasília	5	R\$ 6.150,00	R\$ 24.600,00
Maranhão - São Luiz	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Mato Grosso – Cuiabá	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
Mato Grosso do Sul	-	-	-
- Campo Grande	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
- Dourados	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
Minas Gerais			
Belo Horizonte	1	R\$ 5.150,00	R\$ 5.150,00
Uberlândia	1	R\$ 5.150,00	R\$ 5.150,00
Pará - Belém	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Paraíba - João Pessoa	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Paraná	-	-	-
- Curitiba	2	R\$ 5.150,00	R\$ 10.300,00
- Foz do Iguaçu	2	R\$ 5.350,00	R\$ 5.350,00
- Guaíra	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Pernambuco – Recife	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Piauí – Teresina	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
Rio Grande do Norte – Natal	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Rio Grande do Sul	-	-	-
- Porto Alegre	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
- Pelotas	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
- Santa Maria	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Rondônia - Porto Velho	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Roraima - Boa Vista	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Santa Catarina – Florianópolis	1	R\$ 5.650,00	R\$ 5.650,00
São Paulo	-	-	-

Localidade	Quantidade Estimada	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total (12 meses)
- São Paulo	3	R\$ 3.300,00	R\$ 9.900,00
- Ribeirão Preto	1	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00
- Santos	1	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00
Sergipe – Aracaju	1	R\$ 6.550,00	R\$ 6.550,00
Tocantins – Palmas	1	R\$ 6.150,00	R\$ 6.150,00
R\$ 245.900,00	Valor Total IV		

Anexo V do Termo de Referência
Horas Técnicas

Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo (R\$)	Valor Total Máximo - 12 meses (R\$)
Hora Técnica (prestação de serviço de manutenção de um técnico durante uma hora)	120	525,00	63.000,00
Valor Total V			63.000,00

Anexo VI do Termo de Referência

**Modelo de Declaração de que a Empresa atende aos Critérios de
Sustentabilidade Socioambiental**

(nome empresarial da licitante)

inscrita no CNPJ N.º: _____ com sede na _____

(endereço completo)

por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º
_____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico
_____, DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2016.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO SRP Nº 02/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Administrativo n.º 08059.001425/2015-67)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Departamento de Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica, sediado em Brasília/DF, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.494/0087-06, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. **JOSÉ JAIR WERNANN**, CPF 297.801.360-53 e C.I. 401.301.5112 SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3068, de 31 de julho de 2012, DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 148, de 01 de agosto de 2012 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2016, publicada no DOU de/...../2016, processo administrativo nº 08059.001425/2015-67, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, em âmbito nacional, com fornecimento de peças, dos seguintes equipamentos da marca Agilent: 33 (trinta e três) cromatógrafos gasosos acoplados a espectrômetro de massas (GC-MS), 07 (sete) cromatógrafos líquidos (HPLC), 01 cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 35 (trinta e cinco) ultravioletas, 02 (dois) espectrofotômetros de infravermelho (FT-IR) e outros equipamentos específicos, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e nas unidades técnico-científicas de todos os estados, cujo quantitativo e distribuição atual se encontram relacionados na tabela constante do Anexo I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, e detalhados nos Anexos III, IV e V, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 02/2016, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Item	Prestador do serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
	Especificação	Unidade de medida ou tarefa	Valor Unitário	Valor global ou total	Frequência	Periodicidade	Garantia

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no DOU, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes..

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO SRP Nº 02/2016
TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../2016, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA E A EMPRESA

.....

A União Federal, por intermédio da Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.494/0087-06, com sede no Setor de Áreas Isoladas Sul, Quadra 7 – Lote 23, em Brasília-DF, órgão do Ministério da Justiça, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. **JOSÉ JAIR WERNANN**, CPF 297.801.360-53 e C.I. 401.301.5112 SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3068, de 31 de julho de 2012, DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 148, de 01 de agosto de 2012, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 08059.001425/2015-67e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 02/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva, em âmbito nacional, com fornecimento de peças, dos seguintes equipamentos da marca Agilent: 33 (trinta e três) cromatógrafos gasosos acoplados a espectrômetro de massas (GC-MS), 07 (sete) cromatógrafos líquidos (HPLC), 01 cromatógrafo líquido de ultra eficiência (UPLC), 35 (trinta e cinco) ultravioletas, 02 (dois) espectrofotômetros de infravermelho (FT-IR) e outros equipamentos específicos, localizados no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e nas unidades técnico-científicas de todos os estados, cujo quantitativo e distribuição atual se encontram relacionados na tabela constante do Anexo I, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, e detalhados nos Anexos III, IV e V, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. O objeto da contratação encontra-se especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato iniciará a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite

de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$.....(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.1.1. Do Escopo

7.1.1.1. Os serviços de manutenção corretiva são todos aqueles necessários para o restabelecimento da condição normal de operação dos equipamentos constantes do Anexo I. Para a consecução deste objetivo devem ser previstos os custos referentes a: (a) peças e materiais necessários aos reparos aos custos, presentes no Anexo III, incluindo o seu transporte; (b) despesas de deslocamento (ida e volta), incluindo hospedagem, do técnico da contratada até as unidades da Contratante, cujos endereços estão descritos no Anexo II; (c) mão-de-obra especializada ou horas técnicas.

7.1.1.2. Para os equipamentos que porventura estejam descontinuados, se não for possível o reparo de determinado módulo do equipamento ou se o reparo se mostrar economicamente insatisfatório, o mesmo deverá ser substituído por módulos de reposição novos e originais que não tragam nenhuma limitação de funcionalidade ou redução de tempo de vida útil do equipamento.

7.1.1.3. O serviço de manutenção corretiva do equipamento incluirá a correção de falhas e defeitos encontrados, a limpeza e a validação, quando cabível.

7.1.1.4. Modificações técnicas de melhoria de engenharia poderão ser realizadas no momento do reparo desde que não acarretem limitação das funcionalidades originais ou redução do tempo de vida útil do equipamento e não tragam nenhum custo adicional à Contratante, desde que autorizado pela Contratante.

7.1.1.5. As peças e materiais aplicáveis deverão ser originais de primeiro uso, novas e compatíveis com o que há de mais atual no mercado, ou reconcondicionadas sob responsabilidade da Contratada e com suas respectivas garantias, sempre empregadas dentro das melhores práticas técnicas.

7.1.1.6. Como todos os equipamentos são controlados por estações de trabalho (computadores), com software proprietário para aquisição e tratamento de resultados analíticos, a manutenção corretiva deverá prover a reinstalação dos programas de controle nas estações de trabalho Agilent, em caso de mau funcionamento, ou em computadores disponibilizados pela Contratante em substituição dos originais. Neste último caso, a Contratada deverá possibilitar a instalação do software original ou programa de atualização (upgrade), cobrado como peça de reparo do equipamento.

7.1.2. Da Abertura da Ordem de Serviço

7.1.2.1. Sempre que necessário será realizado, durante a vigência do contrato, a Manutenção Corretiva nos equipamentos descritos no Anexo I, de acordo com solicitação da Contratante através de chamado ao serviço de atendimento ao cliente da empresa, por e-mail ou telefone.

7.1.2.2. A solicitação do serviço de manutenção corretiva será formalizada pelo Fiscal Geral do contrato ou pelo Fiscal Local através de e-mail ou telefone, ou caso exista, de Serviço de Atendimento ao Cliente da Contratada. Qualquer que seja o meio de comunicação empregado, a Contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação e fornecer um número de identificação para a Ordem de Serviço, que servirá de referência para o acompanhamento de todas as etapas do atendimento.

7.1.2.3. Após a abertura do chamado de manutenção, será estabelecido pela Contratada um cronograma com a expectativa de atendimento, com prévio agendamento junto ao Fiscal Local da unidade técnico-científica do DPF, cujo equipamento necessite de manutenção e que deverá ser aprovado pelo Fiscal Geral do Contrato.

7.1.2.4. Considerando as distâncias envolvidas em manutenções em nível nacional, as etapas de apresentação de cronogramas, agendamentos das manutenções, indicação de Fiscais Locais e aprovação para execução dos serviços, poderão ser feitas por meio eletrônico, através de mensagens trocadas entre e-mail oficial do DPF (no caso dos fiscais de contrato) e da empresa contratada.

7.1.2.5. A Cotação feita remotamente ou no local da manutenção, indicando os procedimentos e eventuais trocas de peças e componentes necessários para a solução do problema e seus valores, deverá ser encaminhado ao Fiscal Geral do Contrato e aprovado pelo mesmo, conforme item 4.1.3.

7.1.2.6. A manutenção corretiva deverá garantir o perfeito funcionamento de todo equipamento no momento de sua execução, não apenas no que diz respeito aos componentes substituídos e/ou os serviços executados, tanto da parte eletrônica quanto aos softwares de controle do mesmo.

7.1.3. Da Autorização dos Serviços

7.1.3.1. Após analisar a Cotação, o Fiscal Geral do contrato poderá autorizar a realização total ou parcial dos serviços ali previstos ou desautorizar a prestação dos mesmos, avaliando os preços e necessidade dos reparos apresentados pela Contratada.

7.1.4. Dos Prazos para Execução dos Serviços

7.1.4.1. Após a formalização da Ordem de Serviço, a Contratada deve enviar por e-mail a Cotação ao Fiscal Geral do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, com detalhamento dos valores de peças, serviços e de deslocamento do técnico.

7.1.4.2. Após aprovação, por e-mail, da Cotação pelo Fiscal Geral, a Contratada disporá de até 30 (trinta) dias para realizar ao menos uma visita técnica na localidade, onde o serviço foi solicitado, e solucionar inteiramente os problemas encontrados no equipamento ou apresentar uma nova Cotação, para novos problemas identificados.

7.1.4.3. Uma vez recebida a autorização para a realização da manutenção corretiva, a Contratada disporá de um prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco dias), a partir da aprovação da Cotação, para a completa resolução dos problemas encontrados e a disponibilização do equipamento reparado à Contratante.

7.1.4.4. Em caso de necessidade de importação de peças, que a Contratada não possua em estoque no Brasil, o prazo máximo para a completa resolução dos problemas encontrados, pode ser estendido para até 90 (noventa) dias. A Contratada deve solicitar formalmente a dilação desse prazo por motivo excepcional.

7.1.4.5. Mediante justificativa fundamentada por parte da Contratada, o Fiscal Geral do contrato poderá estender excepcionalmente, a seu critério, o prazo máximo previsto para a conclusão definitiva do reparo, o que formalizará em documento próprio a ser apresentado à Contratada, no qual constará obrigatoriamente o período de dilação.

7.1.5. Do Relatório de Serviço realizado

7.1.5.1. Ao final da manutenção corretiva, o técnico da Contratada deverá apresentar o Relatório de Serviço realizado ao Fiscal Local, que detalhará todos os serviços realizados, peças trocadas, horas técnicas e deslocamento necessários para manutenção do equipamento, em consonância com valores propostos pela Contratada.

7.1.5.2. O Fiscal Local nomeado deverá também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos e efetivamente executados pela Contratada. O Fiscal Local encaminhará o Relatório de Serviço ao Fiscal Geral

7.1.5.3. Após o atesto do Fiscal Local no Relatório de Serviço, a Contratada enviará ao Fiscal Geral do contrato, o pedido de faturamento do serviço executado.

7.1.5.4. Em posse da Cotação, do Relatório de Serviço e do pedido de faturamento da Contratada, o Fiscal Geral fará a avaliação e a confirmação do aceite da execução do serviço, bem como dos valores cobrados pelas peças, deslocamento e horas técnicas. Assim que a avaliação for concluída, o Fiscal Geral comunicará a Contratada, que emitirá as respectivas Notas Fiscais.

7.2. Da Fiscalização

7.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.4. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.6. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

7.7. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.12. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.12.1. A Contratante designará servidores para exercerem a função de Fiscal Geral e Fiscais Locais do contrato, a quem caberá o acompanhamento e a fiscalização de todos os serviços abrangidos pelo contrato.

7.12.2. O Fiscal Geral do contrato e seu substituto serão designados pelo ordenador de despesas. Os Fiscais Locais serão servidores indicados ao Fiscal Geral do contrato pela chefia imediata das unidades técnico-científicas do local onde o equipamento está instalado.

7.12.3. O Fiscal Geral do contrato e/ou os Fiscais Locais deverão acionar a contratada para a prestação dos serviços de Manutenção Corretiva, através de chamado por telefone ou por e-mail.

7.12.4. O Fiscal Local deverá acompanhar todo o procedimento de manutenção realizado, devendo também assinar o Relatório de Serviço, atestando os procedimentos ali descritos, horas técnicas efetivamente executadas, peças e componentes trocados, e o deslocamento necessário, etc.

7.12.5. Caso haja necessidade de troca de peças não previstas no Anexo III, a Contratada deverá enviar, além da Cotação, documento comprovando que os preços praticados são os de mercado. Tais documentos podem ser Notas fiscais para outras instituições; planilhas de custos, e outros que justifiquem a composição do preço praticado. Assim, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação do preço apresentado pela empresa e atestar o pagamento da nota fiscal do fornecimento de peças.

7.12.6. Em caso de dificuldade da empresa em comprovar o preço aplicado, poderá o Fiscal Geral realizar pesquisa de mercado junto a outras empresas, com o intuito de concluir se os preços propostos pela Contratada, na Cotação, são justos.

7.12.7. Caso haja necessidade de troca de uma quantidade maior de: peças, deslocamentos ou horas técnicas do que as previstas nos Anexos III, IV e V, poderá o Fiscal Geral do contrato emitir seu juízo de aceitação e atestar o pagamento das Nota Fiscais, desde que não extrapolem o valor total empenhado no contrato. Nesses casos, o Fiscal Geral deverá avaliar a pertinência, urgência e necessidade dessas manutenções corretivas.

7.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos especializados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.6.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.8.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.11.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.16.** Manter disponíveis, em horário comercial, os recursos materiais e humanos necessários e suficientes para que a Contratante possa solicitar a abertura, sem embargo, da Ordem de Serviço de manutenção corretiva, por telefone, com o pronto fornecimento de número identificador que viabilize o acompanhamento posterior de todas as atividades relacionadas à mesma.
- 9.17.** Elaborar e encaminhar aos fiscais do contrato da Contratante, dentro dos prazos previstos, a Cotação, o Relatório de Serviço realizado e a Nota Fiscal de serviço (que deverá apresentar os custos dos serviços individualizados por Ordem de Serviço executada no período) e a Nota Fiscal das peças, quando o reparo exigir a substituição de peça.
- 9.18.** Fornecer garantia de todos os serviços de manutenção corretiva, bem como quando da necessidade de substituição de peças, por prazo de 3 (três) meses para as peças e os serviços.
- 9.19.** Informar e manter atualizado endereço eletrônico ou número de telefone, mediante o qual se realizará a abertura da ordem de serviço.

9.20. Respeitar os prazos máximos estabelecidos no contrato sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

9.21. Fornecer, em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN/MP 01 de 19/01/2010 e a critério da administração, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens, conforme modelo constante no Anexo VI.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. multa moratória de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após 30 (trinta) dias, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor total do contrato;

10.2.4. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília-DF, de..... de 2016.

JOSÉ JAIR WERNANN
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico - DITEC/DPF

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: